

GEOGRAFIA URBANA

Revisitando conceitos e temas

Otávio Santos
Katielle Silva
Jorge Malheiros
(Organizadores)



CEG
Centro de Estudos Geográficos



Editora
Universitária
da UFPA

GEOGRAFIA URBANA

Revisitando conceitos e temas

Otávio Santos
Katielle Silva
Jorge Malheiros
(Organizadores)

1ª Edição



**Reitoria**

Marcelo Brito Carneiro Leão
Reitor da UFRPE
Gabriel Rivas de Melo
Vice-Reitor

Editora

Editora Universitária da UFRPE

Comissão Diretiva Editorial

Edson Cordeiro do Nascimento
Diretor do Sistema de Bibliotecas
Antônio Marcelo F. Athayde Cavalcanti
Diretor da Editora da UFRPE
José Abmael de Araújo
Coordenador Administrativo da Editora
Josuel Pereira de Souza
Chefe de Produção Gráfica

Endereço

Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n
Dois Irmãos, Recife - PE, 52171-900
<http://www.editora.ufrpe.br/>

Título

Geografia Urbana: revisitando conceitos e temas

Organizadores

Otávio Santos, Katielle Silva e
Jorge Malheiros

Imagem da Capa

Otávio Santos

Edição

Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa | Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2023

978-65-85711-31-9 (ISBN digital)

978-65-85711-30-2 (ISBN físico)

Doi: 10.33787/CEG20230002

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Geografia urbana: revisitando conceitos e temas
Otávio Augusto Alves dos Santos, Katielle Susane do Nascimento Silva,
Jorge Malheiros (orgs.). -- 1. ed. -- Lisboa: CEG-IGOT-ULisboa; Recife:
UFRPE, 2023.
Vários autores
Bibliografia.

ISBN

978-65-85711-31-9(digital)

978-65-85711-30-2 (físico)

1. Gentrificação (Urbanismo)
 2. Geografia urbana
 3. Planejamento urbano
 4. Segregação urbana
 5. Urbanização
- I. Santos, Otávio Augusto Alves dos.
II. Silva, Katielle Susane do Nascimento.
III. Malheiros, Jorge.

23-173635

CDD-910.91732

Índices para catálogo sistemático:

1. Cidades: Geografia urbana 910.91732
- Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Sumário

Secção I

Dinâmicas espaciais urbanas: processos tradicionais em transformação e novos processos

- 13 Refletindo sobre a urbanização como totalidade de um "processo concreto pensado"
Edvânia Torres Aguiar Gomes e Mariana Zerbone Alves de Albuquerque
- 27 A gentrificação na evolução do pensamento geográfico: algumas notas epistemológicas
Luís Mendes
- 47 Segregação Socioespacial Urbana
Jorge Malheiros e Paulo Miguel Madeira
- 63 Olhares geográficos sobre a fragmentação urbana
Teresa Barata-Salgueiro
- 79 (In)Justiça Espacial e Capital Espacial
Katielle Silva e André Carmo
- 101 Reestruturação urbana: novos papéis e funções das cidades médias
Mariana Rabêlo Valença

Secção II

Espaços da cidade, limites e atores urbanos: reflexões críticas

- 117 Movimentos Sociais Urbanos
Cláudio Jorge Moura de Castilho
- 147 Assentamentos (In)formais: territórios populares na urbanização brasileira
Jorge Luiz Barbosa
- 159 Comum: a emergência de um novo conceito para a Geografia Urbana?
Otávio Augusto Alves dos Santos

- 175 Ecologia Política Urbana
Archie Davies
- 187 Empreendimentos Turísticos Imobiliários no litoral brasileiro:
dicotomias entre os espaços concebido e percebido
Cristina Pereira de Araújo, Luciano Muniz Abreu e Denise Betânia Marques dos Santos
- 201 Geografia, Género e Interseccionalidade
Ana Carolina Ferraz dos Santos e Margarida Queirós

Secção III

Cidade, movimento e inovação: atividades e mobilidades em transformação

- 229 Territorializações Urbanas do Turismo
Eduardo Brito-Henriques
- 247 O Comércio na Geografia Urbana
Pedro Guimarães e Herculano Cachinho
- 263 Plataformização do Espaço Urbano: o caso das Plataformas de Entregas na Área Metropolitana de Lisboa
Nuno Rodrigues, Daniela Ferreira e Mário Vale
- 273 Acessibilidade
Miguel Padeiro

Secção IV

Em busca de cidades mais resilientes, amigas e saudáveis: perspectivas críticas, desafios e respostas

- 295 Cidades Saudáveis
Ángela Freitas e Paula Santana
- 317 A Identificação de áreas críticas de emissão de carbono em ambiente urbano: uma nova perspectiva do clima de Lisboa
António Manuel Saraiva Lopes e Max Wendell dos Anjos
- 335 Riscos ambientais e áreas urbanas
Sandra Oliveira, Jorge Rocha e José Luís Zêzere

- 351 *Ambiência*
Daniel Paiva
- 363 *Insegurança/medo: navegando as contribuições geográficas (e mais além)*
Simone Tulumello
- 377 *Envelhecimento e condições de vida no centro histórico de Lisboa*
Pedro Moura Ferreira e Alda Botelho Azevedo
- 393 *Fronteiras: conceitos e contextos*
Francisco Roque de Oliveira
- 405 *Sobre os autores*

A gentrificação na evolução do pensamento geográfico: algumas notas epistemológicas

Luís Mendes

Universidade de Lisboa

Introdução

Este ensaio baseia-se na discussão e reflexão sobre as questões conceptuais e teórico-metodológicas inerentes ao estudo da gentrificação e da sua interligação com diversos paradigmas da evolução do pensamento geográfico. Portanto, vamos procurar interpretar e discutir este tema da geografia urbana à luz da contribuição de vários autores, dentro do quadro geral de posições normativas, metodológicas e conceptuais dos vários paradigmas que explicam a realidade social e espacial no âmbito da Epistemologia da Geografia e da Filosofia da Ciência em geral.

O ensaio encontra-se estruturado em quatro partes essenciais. A primeira concentra a preocupação central do presente texto que é a de problematizar a definição conceptual de gentrificação, a partir de uma abundante literatura científica que versa precisamente sobre esta questão, ainda que na atualidade o núcleo central das características do processo e das suas causas (blocos explicativos) seja relativamente consensual entre a comunidade científica nacional e internacional. Uma segunda parte centra-se na discussão da emergência da gentrificação como processo de mudança urbana do último quartel do século XX que expõe em termos teóricos e metodológicos as limitações e contradições do paradigma determinista da Escola Ecológica de Chicago. Uma terceira parte explicará como o paradigma marxista da Geografia se repercutiu na conceptualização e metodologia que diversos autores utilizam (nomeadamente, Neil Smith), desde o final da década de 1970 até ao presente, para o desenvolvimento do mais importante bloco explicativo no estudo da gentrificação. A proposta é compreender e analisar o modo como a gentrificação é um processo de reestruturação urbana e de lutas de classe, um produto social de um modo específico de produção, marcado pela reestruturação económica que é característica do capitalismo tardio e avançado, particularmente

condicionado por um regime de acumulação de capital mais flexível, que lhe é subsidiário.

Uma quarta e última parte que designamos por “geografias pós-modernas da gentrificação” e que explora a “crise do marxismo” na explicação do processo, à luz de transformações económicas, sociais e culturais acarretadas pela emergência de uma condição urbana pós-moderna que alterou, por via das identidades das chamadas novas classes médias, o perfil da procura de habitação na cidade centro.

O conceito de gentrificação: uma palavra suja nos estudos urbanos

Por convenção científica e desde há cerca de meio século, o conceito de gentrificação tem vindo a designar um processo de recomposição (e substituição) social verificado em meio urbano, ligado muitas vezes a ações de reabilitação urbana das habitações nos centros antigos das cidades. Isto mediante investimentos, quer públicos, quer privados. Por definição, a gentrificação passou, assim, a designar o movimento de chegada de grupos de estatuto socioeconómico mais elevado, geralmente jovens e de classe média, a áreas centrais desvalorizadas, desinvestidas e abandonadas da cidade. O efeito é que essas áreas se tornam social, económica e ambientalmente valorizadas, sofrendo um processo de *filtering up*. É um processo de mudança socio-espacial, onde a reabilitação de imóveis residenciais situados em bairros da classe trabalhadora ou de *gênese popular/tradicional*, atrai a fixação de novos moradores relativamente endinheirados, levando ao desalojamento de ex-residentes que não podem mais pagar o aumento dos custos de habitação que acompanham a regeneração urbana entretanto encetada. Por conseguinte, é um processo pelo qual os bairros pobres e de classe trabalhadora na cidade centro são requalificados, através da entrada de fluxos de capital privado e de proprietários e inquilinos da classe média e média-alta¹.

Na verdade, a partir da teoria crítica percebemos que se trata de um processo de aburguesamento de bairros históricos, ou seja, uma acentuação da conotação residencial alto-burguesa. A gentrificação é sempre um

¹ Para aprofundar a discussão do conceito, remetemos para toda uma ampla bibliografia internacional discutida em português em Rodrigues (1992a, 1992b, 1993, 1999 e 2010) e Mendes (2006, 2008).

fenômeno de substituição social classista e de reapropriação pela burguesia – e da própria e respectiva ideologia neoliberal e ordem simbólica subjacente – dos espaços de habitat populares das áreas antigas centrais. Tal processo implica quase sempre a expulsão dos antigos residentes, logo desalojamento e segregação residencial, culminando com um aprofundamento da divisão social do espaço urbano. Estas tendências são muito evidentes sobretudo numa extensão do conceito de gentrificação a recentes casos de grandes operações urbanísticas de renovação e regeneração, levadas a cabo por diversos agentes de produção do espaço urbano, já caracterizados por Henri Lefebvre (1974): os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado, as empresas e os cidadãos.

Num esforço de revisão da literatura sobre a evolução do conceito de gentrificação, Savage e Warde (1993) defendem que para que esta ocorra no espaço urbano, tem de se dar uma coincidência de quatro processos: 1) uma reorganização da geografia social da cidade, com substituição, nas áreas urbanas centrais, de um grupo social por outro de estatuto mais elevado, implicando despejo directo ou indirecto; 2) um reagrupamento espacial de indivíduos com estilos de vida e características culturais similares; 3) uma transformação do ambiente construído e da paisagem urbana, com a criação de novos serviços e uma requalificação residencial que prevê importantes melhorias arquitectónicas; 4) por último, uma mudança da ordem fundiária, que, na maioria dos casos, determina a elevação dos valores fundiários e um aumento da quota das habitações em regime de propriedade, em detrimento do mercado de arrendamento.

A pesquisa tradicional sobre a gentrification produziu dois princípios que estão no cerne dos mais importantes estudos urbanos sobre este processo. Primeiro, é o princípio de que o processo evolui por uma série de fases – temporal e espacialmente – específicas à medida que avança através do espaço urbano.

O segundo princípio é o de que a sua causalidade deriva em grande parte dos fatores associados tanto às explicações do lado da oferta (teorias da produção) como das da procura (teorias do consumo). As explicações tenderam a dicotomizar-se, procurando, cada uma delas, privilegiar a supremacia de uma esfera em relação à outra no estudo do processo de gentrification.

As primeiras teorias, de influência marcadamente marxista, procuraram enfatizar a importância do capital e dos diversos agentes institucionais (Estado, Poder Local, Bancos e outras instituições financeiras) no proces-

so de reestruturação do espaço urbano, enquanto as segundas privilegiaram a esfera do consumo relativamente à da produção, no mercado da habitação e do solo urbano. De forma sucinta, as teorias que sustentam a primazia da produção fazem derivar o processo de gentrificação do movimento e circulação de capital nas áreas urbanas, procurando explicar este processo através da desvalorização que sofre o solo urbano, face ao rendimento que um novo investimento poderia ter. A existência de devolutos são uma oportunidade de negócio imobiliário importante e muito atrativa para promotores e empresários da indústria da construção civil e do ramo imobiliário, bem como investidores. Estas teorias são sobretudo encabeçadas pelos trabalhos dos anos 70 e 80 do século XX elaborados por Neil Smith e David Harvey.

Por seu turno, as teorias que privilegiam o consumo entendem a gentrificação como consequência direta das mudanças verificadas na estrutura demográfica e social da população e no estilo de vida de certos setores da classe média, assentes nos valores e padrões de consumo a ele associados, a partir do fenómeno da desindustrialização e terciarização que afectou as sociedades modernas no último quartel do século XX. Defendem que estas mudanças socioprofissionais se enquadram na emergência de uma condição urbana pós-moderna, cujos indícios e manifestações são difíceis de ignorar, como demonstram os trabalhos Chris Hamnett, David Ley e Tim Butler. A estetização da vida social e a cultura de consumo são os dois conceitos mais importantes desta teoria explicativa.

Gentrificação e contradições do paradigma determinista da Escola Ecológica de Chicago

A Escola Ecológica de Chicago (EEC) surgiu nos Estados Unidos da América, na década de 1910, por iniciativa de sociólogos americanos que integravam o corpo docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago e correspondeu ao primeiro impulso para surgimento e afirmação da sociologia urbana como filão das ciências sociais, com repercussão profunda na geografia urbana. A EEC acreditava que a implantação dos principais aglomerados urbanos e a morfologia social presente na distribuição dos principais bairros nas cidades eram determinadas pelos mesmos princípios e conceitos importados da biologia evolucionista, pelo que a acção e a deslocação no território das diversas populações, por

exemplo, eram interpretadas à luz de conceitos como luta pela sobrevivência, conflito e selecção natural (ecologia humana).

Os ecologistas urbanos sustentam que o crescimento urbano pode ser descrito e compreendido em termos similares ao descrito pela perspectiva ecológica acima referida, salvo que, ao invés de se estudarem espécies de fauna e flora, o foco dá-se agora sobre categorias sociais dos indivíduos que diferem no que diz respeito a características como etnia, classe social e raça. Portanto, as cidades ordenam-se em “áreas naturais” através de processos de competição, invasão e sucessão, como os que têm lugar na ecologia biológica. Estas “áreas naturais”, não planificadas, totalmente orgânicas, derivam de processos selectivos gerados entre os vários grupos sociais e correspondem as áreas urbanas nas quais somente os indivíduos mais apropriados se adaptam, salientam e afirmam por domínio sobre os restantes. Nestas áreas, verifica-se, segundo esta interpretação, a repetição periódica de fenómenos de invasão (por exemplo, em períodos de vagas migratórias) e de sucessão, envolvendo deslocação e mobilidade residencial (Berry e Kasarda, 1977).

Especificamente no caso do modelo de Burgess (1925), as analogias construídas entre a ecologia urbana e a ecologia biológica incluíam: invasão de áreas naturais por grupos em competição; competição entre invasores e invadidos; domínio dos invasores, provocando a sucessão na área. O principal processo que operava no modelo era a tendência para as pessoas vivendo numa dada área invadirem e, eventualmente, se sucederem na zona exterior mais próxima. O motor para manter este sistema dinâmico era o crescimento contínuo da população urbana através da imigração para o centro.

Até aos anos 60 do século XX, a escala da segregação socio-espacial do alojamento nas metrópoles obedecia a um padrão em que as várias classes sociais surgiam arrumadas por grandes manchas homogéneas, como explicam os conhecidos modelos da EEC e da Ecologia Factorial e os respectivos padrões: radial, concêntrico e nucleado². Nas áreas urbanas,

² Destacam-se como autores desta escola de pensamento Robert Park, Ernest Burgess e Louis Wirth, entre 1920 e 1940. Contudo, aqueles que produziram modelos de organização social do espaço urbano particularmente influentes são, de forma sintética: Burgess, que pretendia ler o crescimento urbano a partir da obediência a um esquema de círculos concêntricos, desde o mais central (o CBD, Central Business District) até às periferias dos pendulares; Hoyt, para o qual a cidade se desenvolveria preferencialmente por sectores, caracterizados por diversos usos do solo e níveis desiguais de rendimento urbano e pertença social e étnica; ou Harris e Ullman que, mais tarde, verificavam a presença de núcleos diferentes e especializados numa determinada actividade económica ou grupo étnico predominante (Mela, 1999).

os modos dominantes de mobilidade residencial produtores de filtragem (filtering) decorrem de duas formas distintas. Primeiro, por modificação no padrão de uso das habitações à medida que uma habitação ocupada por uma família com um determinado rendimento, fica disponível para ser ocupada por uma família com um nível de rendimento imediatamente inferior (filtering down, filtragem descendente), na sequência de uma quebra no valor de mercado de habitação (preço ou renda) induzida pelo abandono da família de rendimento mais elevado.

Segundo, quando a pressão é exercida a partir dos segmentos inferiores de mercado, tendendo a gerar-se uma forte competição por habitações baratas que conduz a dinâmicas de sucessão-invasão, desencadeadas pela progressiva desqualificação socio-espacial de determinadas áreas urbanas. A filtragem descreve assim o processo de ajustamento entre a oferta e a procura de habitação numa dada área urbana, podendo-se concluir que os excessos de procura ou de oferta são “filtrados” pelo mercado e repercutem-se na situação das habitações de pior qualidade ou das famílias de menor rendimento (Mela, 1999).

No entanto, podem ser-lhe feitas várias críticas legítimas, entre as quais a mais importante por parte do paradigma da geografia marxista que emergiu nos anos 70. Avancemos com duas que mais interessam para o estudo epistemológico da gentrificação. A primeira crítica reside no facto da perspectiva ecológica tender a desvalorizar a importância da acção e do planeamento consciente na organização da cidade, encarando o desenvolvimento urbano como um processo “natural”, ignorando o papel do Estado Capitalista na produção do espaço urbano. O modelo de forma urbana criado por Burgess documentava espacialmente o modo pelo qual a cidade se constituía como cenário de competição funcionalista entre grupos sociais e forças económicas, impelidos sobretudo por imperativos biológicos da natureza humana, numa perspectiva comportamental. Assim, os ciclos de evolução da estrutura interna da cidade deviam-se a analogias biológicas naturalistas e ao emprego de princípios darwinianos sociais, essencialmente do *laissez-faire*, que gerava a selecção funcional das áreas urbanas e a divisão do trabalho, em que a competição ecológica se fazia entre quantidades de “indivíduos”, ignorando o papel das classes sociais e do modo de produção capitalista na estruturação da cidade (Gottdiener, 1985).

A segunda crítica diz respeito à linearidade e funcionalidade – limitante, no ver dos autores da geografia crítica, destacando-se David Harvey (2009

[1973]) e Manuel Castells (1977) – inerente ao mecanismo de filtragem social imposto pela ecologia urbana. A verdade é que, ocasionalmente, e a partir dos anos 60, em cidades em que o stock habitacional é reduzido, sendo a oferta de propriedades baixa, e a centralidade é valorizada, as habitações degradadas e mais vetustas, contudo estruturalmente sólidas e situadas na cidade centro, são adquiridas por segmentos socioprofissionais de maior estatuto e as áreas centrais voltam a conhecer uma (re)valorização imobiliária, ocorrendo um processo de *filtering up* (filtragem ascendente), como é o caso da gentrificação, que contraria todos os princípios defendidos pela EEC e que esta não consegue explicar (Bradford e Kent, 1987).

A EEC ainda se manifestou numa primeira fase de estudo da gentrificação (Berry, 1985), predominando análises descritivas e isoladas sem qualquer esforço de contextualização e de enquadramento teórico do processo. Apresentando um carácter iminentemente empiricista, as investigações recaíam sobre estudos de caso que apenas focavam as transformações físicas e sociais em determinados bairros, entendendo-as como produto da acção de alguns indivíduos autónomos, não contemplando as diversas dinâmicas estruturais que a condicionam e a moldam (Gottdiener, 1985).

A gentrificação na produção social do espaço urbano: o paradigma da geografia marxista

Tornava-se evidente desde os anos 70 do século XX, a necessária análise deste fenómeno centrando-se nas esferas da produção e do consumo, visando ultrapassar as limitações da EEC para explicação do processo. As explicações tenderam a dicotomizar-se, procurando, cada uma delas, privilegiar a supremacia de uma esfera em relação à outra no estudo do processo de gentrification (Clark, 1994). Os trabalhos de influência marcadamente marxista enquadram-se na valorização de uma perspectiva de oferta e produção de produtos e ativos imobiliários, centram-se no funcionamento desigual do mercado de habitação e da sua estrutura, em função dos mecanismos fundiários e de uso do solo urbano por parte das classes sociais e de grupos económicos dominantes de produção social do espaço urbano (Banca, proprietários e promotores imobiliários, indústria da construção, Estado e Poder Central e Local). Através da mobilização de diversos princípios teórico-conceptuais críticos, empregam categorias emprestadas pelo paradigma marxista e estruturalista da geografia e da

sociologia urbanas: ciclo de capital, modo de produção, circuitos de capital, estrutura e superestrutura, luta de classes, diferencial de renda urbana, entre outros. Estes conceitos são fundamentais para construir o racional e discutir as dialéticas estabelecidas entre os fluxos espaciais de capital e como estes se materializam no ambiente construído e na paisagem urbana. Os estudos que se inserem neste paradigma focam-se nos processos de injustiça socio-espacial decorrentes da gentrificação: produção de despejos, deslocações forçadas de populações, a segregação residencial, a exclusão territorial que agrava o desenvolvimento urbano desigual e reproduz desigualdades socioespaciais, por via das vulnerabilidades e precariedades habitacionais que comporta.

O espaço é grandemente definido pela divisão espacial do trabalho como produto directo da morfologia social hierarquizada e diferenciada, e cuja reprodução se encontra vinculada ao carácter social e histórico do capitalismo na produção do espaço. Na gentrificação tem-se, com efeito, uma produção espacial que se manifesta sob as formas de apropriação, utilização e ocupação de uma dada área, num momento específico que se revela no uso, como produto da divisão social e técnica do trabalho e que, no seio do processo capitalista, produz uma morfologia espacial “fragmentada” e hierarquizada, contribuindo para um aprofundamento da divisão social do espaço urbano. Esta conclusão é válida para autores que defendem o conceito marxista de modo de produção e o inscreve na explicação que tece em torno da reestruturação do espaço urbano³.

Neil Smith (1986) insere-se indubitavelmente na escola de pensamento marxista quando procura expor e denunciar as injustiças e desigualdades sociais decorrentes das bases económicas do funcionamento do modo de produção capitalista, reforçando a ideia de que as relações socio-espaciais estruturadas pela gentrificação são reguladas pelas estruturas capitalistas e funcionam como meios de reforçar e reproduzir a riqueza e o poder da classe dominante, por via da acumulação por espoliação da classe dominante. A mediação introduzida no espaço residencial urbano pela gentrificação, enquanto estratégia residencial específica, detém uma responsabilidade grande no fabrico de determinados padrões de diferenciação social do espaço urbano que, em última análise, reforçam a segregação residencial e a fragmentação socioespacial.

³ Para mais desenvolvimentos sobre a influência da teoria marxista na evolução do pensamento geográfico ver: Quaini (1979); Peet (1975, 1998); Harvey (1981, 1984); Harvey e Scott (1989); Soja e Hadjimichalis (1979).

Este aspeto obriga-nos também a revisitar a relação dialética entre o movimento cíclico do capital e o ambiente construído na produção da gentrificação. Os teóricos da acumulação de capital explicam que os processos de desenvolvimento da cidade ou urbanização são a manifestação espacial do processo de acumulação de capital. Na prática, os teóricos defensores desta tese (salientando-se David Harvey e Neil Smith) ressaltam os aspetos estruturais desse processo e relacionam-nos com o desenvolvimento urbano. De motor de crescimento, a cidade tornou-se um espaço organizado para o investimento de capital. As contradições experimentadas no espaço construído são reproduzidas por causa dos passos dados para converter o capital financeiro no elo mediador entre o processo de urbanização (em todos os seus aspetos, inclusive a edificação de ambientes construídos) e as necessidades ditadas pela dinâmica subjacente do capitalismo.

Este pressuposto obriga-nos a revisitar a relação entre a produção do espaço construído e as crises no processo de acumulação de capital estudada por Harvey (1975, 1978, 1982, 1985). E Smith mobiliza esta tese para, do ponto de vista da circulação do capital, explicar que os “booms” imobiliários aliados à gentrificação coincidem com a transferência do capital do circuito primário de acumulação (a esfera produtiva) para o circuito secundário (produção do ambiente construído) em épocas de excesso de liquidez e problemas de acumulação registadas no processo produtivo. À luz deste princípio, Smith procura explicar a reestruturação do espaço urbano como um processo intimamente ligado à própria reestruturação da economia capitalista, mais precisamente, aos ciclos macroeconómicos de evolução irregular que marcam o desenvolvimento das sociedades de capitalismo avançado. Os processos de suburbanização e emergência do “rent gap” são estudados por Neil Smith (1979) como predominantemente responsáveis pela forma como a reestruturação urbana se apresenta nos dias de hoje. Isto porque o movimento de saída de capital para a periferia provoca uma alteração inversamente proporcional dos níveis de renda do solo dos próprios subúrbios e dos bairros centrais. Enquanto o valor do solo nos subúrbios aumenta significativamente com o crescimento de novas construções e infra-estruturas, e com a consequente introdução nesses espaços de uma multiplicidade de actividades, o valor fundiário dos bairros centrais, ao invés, sofre uma progressiva diminuição, sendo cada vez menor a quantidade de capital canalizado e investido na manutenção, reparação e recuperação do parque habitacional destas áreas no interior das cidades.

Deste fenómeno resultou o que Neil Smith denominou de emergência do “rent gap” nos bairros centrais – acentua-se a diferença entre a actual renda capitalizada face ao presente uso do seu solo, e a renda que potencialmente poderá a vir a ser capitalizada tendo em conta a sua localização central. É precisamente o movimento de saída de capital para os subúrbios e o conseqüente surgimento do fenómeno “rent gap” no espaço urbano central que, segundo o autor, cria maiores oportunidades económicas para a reestruturação urbana dos bairros centrais e para o investimento público e privado, na reabilitação e recuperação do seu parque habitacional. Corresponde a um fenómeno de ocorrência quase universal em todas as cidades das sociedades de capitalismo avançado.

A conclusão lógica da aplicação do princípio “rent gap” decorre do princípio da análise urbana marxista de que o desenvolvimento espacial desigual e a desvalorização periódica do espaço construído (neste caso, as áreas históricas do centro da cidade que se vão degradando progressivamente) são “funcionais” e produzidos intencional e deliberadamente para garantir o futuro investimento de capital e a respectiva reprodução.

As “geografias pós-modernas” da gentrificação

Tornam-se no final do século XX muito claras as limitações teóricas do marxismo enquanto paradigma dominante na geografia, em geral, e nos estudos urbanos da gentrificação, em particular. Primeiro, nem Smith, nem Harvey, nem a tradição subsequente de estudos marxistas conseguiram resolver o problema do dualismo da estrutura e da agência (agency). A problemática da relação “estrutura-agência” reflete-se na geografia urbana marxista quando se privilegia uma análise estruturalista da gentrificação a partir das várias instituições sociais, políticas e económicas, concedendo pouco espaço para a ação humana efetiva do gentrifier. À semelhança dos restantes autores marxistas, os geógrafos filiados neste paradigma não conseguiram criar um referencial teórico da dinâmica espacial urbana como algo estruturalmente organizado e, simultaneamente, aberto a uma reconstrução por parte dos atores sociais. A gentrificação não é inteiramente produzida pela e da forma como os gentrifiers a desejam. A razão para tal reside no facto de a ação humana dos novos moradores, como dos restantes atores sociais, se desenvolver no interior das relações sociais de produção que assumem o carácter de estruturas englobantes. Estas estruturas derivam da base material da vida social urbana e não de um qualquer

domínio difuso de ideias e de valores. Como vimos, na ótica de Neil Smith (1979), a chave da explicação da gentrificação, e que é transversal a toda a sua obra académica, encontra-se nas mudanças registadas no modelo de acumulação de capital e no modo de produção capitalista na sua última fase mais tardia. Aplicado à produção do espaço urbano, este conceito não se refere só aos instrumentos técnicos de produção mas, especialmente, às relações sociais que dão origem a direitos diferenciais de propriedade privada para habitação na cidade centro, logo gerando segregação residencial. Esta posição de Smith foi altamente criticada por Hamnett (1991, 1992) que, como geógrafo humanista que é, alegou a necessidade de reconhecer um papel mais preponderante do gentrifier na produção socio-espacial do processo da gentrificação. Para tal, este autor afirmou a riqueza metodológica subjacente à complementaridade de diferentes técnicas de análise e recolha de dados sobre o estilo de vida do “gentrifier”, a sua estrutura motivacional e comportamentos em termos de mobilidade residencial.

Ora, estas proposições sobre o comportamento humano associadas ao individualismo metodológico são rejeitadas por autores marxistas estruturalistas. A resposta de Smith (1992) ao raciocínio de Hamnett foi célere e incisiva. Os estruturalistas tendem a concentrar-se mais no meio que afeta os indivíduos e nas estruturas que o condicionam, do que na sistematização do comportamento individual. Isto porque o estruturalismo tenta transcender o indivíduo e avaliar a estrutura relacional do sistema, salientando que o sujeito não pode ser concebido fora do todo. A multiplicidade de influências e estruturas que o indivíduo encontra, bem como as condições sociais existentes, afectam o modo como se comporta e como toma decisões.

A posição assumida por Hamnett (1992) leva-nos ao segundo grande problema que afeta atualmente a análise crítica da gentrificação, em particular, e o materialismo histórico marxista, em geral, e que reside no facto de se ter ido longe demais na afirmação da importância das bases materiais da sociedade, assentes no modo de produção e nas relações sociais de produção, reduzindo-se fortemente ao economicismo. Torna-se evidente que a perspectiva teórica marxista apresenta uma tendência explicativa dominante dos fenómenos/factos socio-espaciais em função dos interesses/necessidades económicas que os determinam. O problema gerado pelo carácter unidimensional da interpretação materialista da causalidade refletiu-se nas dificuldades que esta encontra em aceitar a possibilidade da recomposição da forma urbana puder apresentar uma pluralidade causal

que lhe seja mais pertinente. Isto valeu aos teóricos urbanos marxistas o rótulo de “dogmáticos”, na leitura que fazem dos escritos de Marx.

Uma razão pela qual os teóricos marxistas têm menosprezado os problemas de teor meramente social e cultural na explicação da gentrificação reside na predileção por um modelo de ação socio-espacial baseado na satisfação instrumental do interesse individual e/ou de classe. Diz-se instrumental, porque se refere a uma concepção das ações como meios para alcançar determinados fins económicos e não uma valorização destas em si e para si próprias. Era comum na literatura dos estudos urbanos, até ao início dos anos 80, fazer-se referência que a produção da gentrificação só podia ser entendida com referência às relações sociais capitalistas de produção e à luta de classes e dos diferentes agentes urbanos pela apropriação diferenciada do espaço residencial urbano. Defendendo a premissa de que o espaço urbano é socialmente produzido, compreende-se a recentralização da classe burguesa como materialização territorial de uma estrutura social e modo de produção que entendem o alojamento-mercadoria como objecto de especulação e elemento de reprodução da força de trabalho, geradora de mais-valia, logo, respondendo aos interesses da acumulação capitalista dos novos moradores, dos promotores imobiliários e das instituições financeiras.

Assim, os gentrifiers e a(s) classe(s) que os agrupa(m) agem instrumentalmente, com vista a realizar única e exclusivamente apenas interesses materiais, pelo que, na perspectiva da geografia urbana marxista, não se afigura necessária a referência a considerações baseadas nos valores e nas motivações que produzem o desejo de residência e apropriação dos bairros antigos da cidade centro. As tentativas dos marxistas urbanos para incluir estes elementos subjetivos no modelo instrumental e racional de mobilidade residencial só se faz através da noção de ideologia. Esta é destinada a legitimar interesses inerentes a uma classe dominante, à qual, subentende-se neste caso, os gentrifiers estão unilateralmente associados. Estes, não só detêm os meios de produção material, até por assumirem posições de relevo no que toca à sua categoria socioprofissional, como possuem também os mecanismos e instrumentos de produção simbólico-ideológica (representações e discursos, signos e símbolos, condutas e atitudes), que aplicados ao fator habitação, justificam o seu status-quo, legitimando os seus interesses (Harvey, 1987; Bourdin, 1979). Reduz-se, assim, a distinção social emprestada pela gentrificação ao estatuto de mais um instrumento coercivo do controlo ideológico de classe, excluindo a questão de saber se

é possível os novos modelos de habitat transcenderem o poder e determinismo da classe social.

Esta explicação impossibilita os geógrafos urbanos de responderem à principal questão que as versões críticas da teoria socio-espacial enfrentam, nomeadamente a incapacidade de enquadrar e encaixar os desenvolvimentos recentes e inovadores que provêm da atenção dedicada por muitos académicos aos estilos de vida. Estes tendem a configurar-se de forma coerente e a exprimir as identidades pessoais e coletivas, fugindo um pouco à normatividade imposta pelo conceito de classe. A expansão dos mercados, a diferenciação urbana e a complexificação da divisão social do trabalho multiplicaram as possibilidades de escolha oferecidas aos atores sociais. Este incremento das opções permite-lhes a adoção e a construção dos seus próprios estilos de vida, que se individualizam crescentemente e resguardam uma subjetividade que escapa à materialidade das práticas de classe social.

Não obstante as críticas aos excessos do discurso pós-moderno, o estudo do seu pensamento afigura-se indispensável, pois se o debate teórico que originou teve um escasso eco na geografia enquanto ciência espacial⁴, a verdade é que as suas perspetivas de compreender o mundo e a ciência modificaram as coordenadas de orientação da cultura ocidental. Interessamos, todavia, e acima de tudo, produzir uma breve reflexão em torno do enfoque incontestável de interesse com que a pós-modernidade tem vindo a apresentar a política da diferença, das “margens”, do consumo cultural e dos novos estilos de vida urbanos que marcam a paisagem da cidade contemporânea, a identidade “descentrada” do gentrifier e uma produção do espaço urbano fragmentado.

E se é certo que a emergência da cidade pós-moderna do capitalismo tardio não anula, por substituição automática, a cidade moderna do capitalismo industrial, a verdade é que as manifestações da transição não deixam margem para grandes dúvidas no esboço de uma nova forma de organização do espaço urbano.

A reestruturação da base económica está associada a uma progressiva desindustrialização dos espaços urbanos e ao incremento da presença de atividades terciárias, fatores que influenciam decisivamente a estrutura funcional das cidades e que redefinem a sua funcionalidade interna, já que

⁴ Ver referências fundamentais da literatura científica dedicada à pós-modernidade e com influência na Geografia: Harvey (1989, 1996); Soja (1989, 1996, 2000); Dear (1988, 1996, 1997, 2000, 2001); Benko e Strohmayr (1997); entre muitos outros.

se acelera o processo de substituição dos espaços de produção pelos de serviços e de lazer. De facto, assiste-se a uma profunda transformação da funcionalidade da cidade moderna, a qual assentava na componente da produção. A transição da sociedade moderna para a sociedade pós-moderna é caracterizada, entre muitos outros aspetos, por importantes alterações nos domínios demográfico e sociocultural – alterações na estrutura e composição da família (crescimento do número de isolados, aumento das uniões de facto e de casais sem filhos), crescente participação da mulher na esfera produtiva, acesso ao ensino, democratização da educação, entre outros (Dansereau e Choko, 1988; Ley et al., 1986). Todos estes fatores vêm igualmente contribuir para a profunda alteração da estrutura social e dos padrões, condutas e estilos de vida a estas associados, nomeadamente, ao nível dos padrões de escolha, de (p)referência ao habitat (Pellegrino, 1994).

Como referido anteriormente, o processo de gentrificação contextualiza-se no seio de uma ampla recomposição sociodemográfica, traduzindo-se na constituição de uma suposta “nova classe média” que se diferencia da classe média tradicional (Ley, 1994, 1996; Butler, 1997). Os seus membros ocupam lugares em profissões tradicionais que tendem a crescer e em novas profissões ao nível de atividades ligadas ao que Bourdieu (1989) apelidou de “produção simbólica”. São os intermediários culturais, ligados às indústrias culturais, às artes, à publicidade, ao “design”, à moda, à cultura, imagem e “marketing”, arquitetura e decoração, entre outras.

Indissociável da cultura de consumo e da emergência e crescimento de atividades de produção simbólica encontra-se também a afirmação de uma tendência de estetização da vida social. Esta pode ser entendida em vários sentidos. Em primeiro lugar, o do “apagamento” ou transgressão dos limites entre a arte e a vida social. É a ideia de que tudo pode ser arte e de que a arte pode estar embutida em todo e qualquer objeto, manifestação, comportamento, incluindo na trivialidade da vida quotidiana. Em segundo lugar, a estetização da vida social pode ser entendida como o projeto de tornar a vida uma obra de arte – salientem-se as figuras do dandy, do flâneur, personificações do estilo de vida boémio e que privilegia as sensações e as experiências de vida na produção do entendimento da realidade social. Algo que está geralmente associado ao perfil social do gentrifier (Bourdieu, 1979, 1980; Mills, 1993).

São estes dois fenómenos descritos de forma sintética – cultura de consumo e estetização da vida social – que estão na base da afirmação de

uma “nova classe média” na reconfiguração das cidades centrais e, por conseguinte, na valorização de novos produtos imobiliários que nestas se começa a encontrar. Para além dos “intermediários culturais”, aquele novo grupo social diz também respeito a profissões científicas e técnicas relacionadas com a educação, a formação profissional e o meio académico.

Associada a estas novas classes médias estão processos de localização residencial que apontam para uma produção fragmentada do espaço urbano. A verdade é que a apropriação pontual do espaço, característica da gentrificação, introduz mudanças na escala da segregação socio-residencial produzida. Esta far-se-á, doravante, e contrariamente ao que acontecia na cidade moderna, a uma escala micro de maior complexidade, baralhando o primórdio da divisão social da cidade em manchas homogêneas, inerente ao princípio de zonamento funcional associado à cidade industrial.

Em suma, o marxismo continua a fornecer uma base teórica sólida e pertinente na análise dos processos de mudança socio-espacial urbana. Parece hoje inegável que considerar as práticas individuais e sociais como simples reflexo de determinantes estruturais de uma sociedade é um mecanicismo que nada tem a ver com a dialética inerente à evolução dos processos espaciais. Se bem que as estruturas sejam preenchidas e ativadas pelos indivíduos e pelos grupos sociais com motivações e interesses próprios, estes elementos não deixam, todavia, de ser condicionados pela organização socioeconómica e por um modo de produção específico, sobretudo na atualidade de afirmação evidente das crises de um capitalismo neoliberal na sua fase recente financeirizada. Portanto, considerar as práticas sociais e individuais de forma atomizada e “desligadas” dos mecanismos estruturais que regem as formações socio-espaciais, é, no nosso entendimento, um postulado da ideologia liberal que reconhece no indivíduo um agente histórico autónomo, sem atender às forças materiais que não só estruturam a sociedade e o espaço, como também condicionam a ação dos agentes sociais.

Mas a este respeito é também cada vez mais evidente que nenhuma explicação da gentrificação é satisfatória se não incluir referências cruzadas, quer da tese da oferta, quer da do consumo. Além disso, nenhuma destas perspetivas consegue ser coerente e, por si só, dar resposta ao problema epistemológico colocado pela gentrificação nos estudos urbanos dos últimos 50 anos, sem aludir às dimensões explicativas e argumentos uma da outra (Lees, 1994; Phillips, 2005). Isto também vai confirmar que as velhas oposições entre holismo e individualismo, estrutura e agência, materialis-

mo e idealismo, podem ser vistas como problemas quando abordadas em termos concretos e no âmbito de situações sociais específicas localizadas no tempo e no espaço. Este ensaio evidencia que um dos maiores desafios que se coloca atualmente aos estudos da gentrificação reside, precisamente, em descobrir uma ponte analítica adequada entre as dinâmicas socio-espaciais micro/individuais, ou de pequena escala, e os seus efeitos/causas estruturais, macro ou de grande escala, na senda da construção das “geografias da gentrificação”.

Referências bibliográficas

- Benko, G.; Strohmayr, U. (ed.) (1997), *Space & Social Theory. Interpreting Modernity and Postmodernity*. Oxford: Blackwell.
- Berry, B.; Kasarda, J. (1977), *Contemporary Urban Ecology*. Nova Iorque: Macmillan.
- Berry, B. (1985), “Islands of renewal in seas of decay”, in P. Peterson (ed.) *The New Urban Reality*, Washington, D.C.: Brookings Institution.
- Bourdieu, P. (1979), *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*. Paris: Éditions Minuit.
- Bourdieu, P. (1989), *O Poder do Simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdin, A. (1979), “Restauration rehabilitation: l’ordre symbolique de l’espace neo-bourgeois”, *Espaces et Societes*, 30/31, 15-35.
- Bourdin, A. (1980), “Réhabilitation des vieux quartiers et nouveaux modes de vie”, *Recherches Sociologiques*, 11(3), 259-275.
- Bradford, M; Kent, W (1987), *Geografia Humana: Teorias e suas Aplicações*. Lisboa: Gradiva.
- Burgess, E. (1925), “The growth of the city”, in R. Park, E. Burgess, and R. McKenzie (ed.) *The City*, Chicago, Illinois: University of Chicago Press.
- Butler, T. (1997), *Gentrification and the Middle Classes*. Aldershot: Ashgate.
- Castells, M. (1977), *The Urban Question*. Londres: Edward Arnold.
- Dansereau, F; Choko, M. (1988), “Revalorisation des centres urbains et nouveaux visages de l’accession a la propriété au Canada”, *Espaces et Societes*, 51, 21-34.
- Dear, M. (1988), “The postmodern challenge: reconstructing human geography”, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 13, 262-274.
- Dear, M. (1996), “The personal politics of postmodernity”, in D. Crow (ed.), *Geography and Identity*. Washington D. C.: Mouton de Gruyter Press.

- Dear, M. (1997), "Postmodern bloodlines", in G. Benko; U. Strohmayer (ed.), *Space & Social Theory. Interpreting Modernity and Postmodernity*. Oxford: Blackwell, 49-71.
- Dear, M. (2000), *The Postmodern Urban Condition*. Oxford: Blackwell.
- Dear, M. (2001), "The postmodern turn", in C. Minca (ed.), *Postmodern Geography. Theory and Praxis*. Oxford: Blackwell, 1-34.
- Gottdiener, M. (1985), *The Social Production of Urban Space*. Austin: University of Texas Press.
- Hamnett, C. (1984), "Gentrification and residential location theory: a review and assessment", in D. Herbert; R. J. Johnston (ed.), *Geography and the Urban Environment: Progress in Research and Applications*. Nova Iorque: Wiley & Sons, 283-319.
- Hamnett, C. (1991), "The blind men and the elephant: the explanation of gentrification", *Transactions of the Institute of British Geographers*, 16, 173-189.
- Hamnett, C. (1992), "Gentrifiers or lemmings? A response to Neil Smith", *Transactions of the Institute of British Geographers*, 17(1), 116-119.
- Harvey, D. (1975), "The geography of capitalist accumulation: a reconstruction of marxian theory", *Antipode*, 7: 9-21.
- Harvey, D. (1978), "The urban process under capitalism", *International Journal of Urban and Regional Research*, 2, 101-131.
- Harvey, D. (1981), "Marxist Geography", in R. J. Johnston (ed.), *The Dictionary of Human Geography*. Kent: Whitstable, 209-212.
- Harvey, D. (1982), *The Limits to Capital*. Oxford: Blackwell.
- Harvey, D. (1984), "On the history and present condition of geography: an historical materialist manifesto", *Professional Geographer*, 36, 1-11.
- Harvey, D. (1985), *The Urbanization of Capital*. Oxford: Blackwell.
- Harvey, D. (1987), "Flexible accumulation through urbanization: reflections on "post-modernism" in the american city", *Antipode*, 19(3), 260-286.
- Harvey, D. (1989), *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford, Blackwell.
- Harvey, D.; Scott, A. (1989), "The practice of human geography: theory and empirical specificity in the transition from fordism to flexible accumulation", in B. Macmillan (ed.), *Remodelling Geography*. Oxford: Blackwell, 217-229.
- Harvey, D. (1996), *Justice, Nature and the Geography of Difference*. Oxford: Blackwell.
- Harvey, D.(2009) [1973], *Social Justice and the City, Geographies of Justice and Social Transformation*. London: The University of Georgia Press.
- Lees, L. (1994), "Rethinking gentrification: beyond the positions of economics or culture", *Progress in Human Geography*, 18(2), 137-150.

- Lefebvre, H. (1974), *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos. (Edição inglesa: Lefebvre, H. (2003), *The Production of Space*, Oxford: Blackwell).
- Ley, D. (1994), "Gentrification and the politics of the new middle class", *Environment and Planning D: Society and Space*, 12(1), 53-74.
- Ley, D. (1996), *The New Middle Class and the Remaking of the Central City*. Oxford: Oxford University Press.
- Ley, D.; Western, J.; Cybriwsky, R. (1986), "The political and social construction of revitalized neighbourhoods", in N. Smith; P. Williams (ed.), *Gentrification of the City*. Londres: Allen & Unwin, 92-102.
- Mela, A. (1999), *A Sociologia das Cidades*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mendes, L. (2006), *A nobilitação urbana no Bairro Alto: análise de um processo de recomposição socio-espacial*. Finisterra, 41(81), 57-82.
- Mendes, L. (2008), *A Nobilitação Urbana no Bairro Alto: Análise de um Processo de Recomposição Sócio-espacial*. Tese de Mestrado. Lisboa: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (policopiado)
- Mills, C. (1993), "Myths and meanings of gentrification", in J. Duncan; D. Ley (ed.), *Place/Culture/Representation*. Londres: Routledge, 149-170.
- Peet, R. (1975), "Inequality and poverty: a marxist-geographic theory", *Annals of the Association of American Geographers*, 65(4), 564-575.
- Peet, R. (1978), "Materialism, social formation and socio-spatial relations: an essay in marxist geography", *Cahiers de Géographie de Quebec*, 22(56), 147-172.
- Peet, R. (1998), *Modern Geographical Thought*. Oxford: Blackwell.
- Pellegrino, P. (1994), "Styles de vie et modes d'habiter", *Espaces et Societes*, 73, 9-12.
- Phillips, M. (2005), "People in the Centre? The contested geographies of gentrification", in M. Phillips (ed.), *Contested Worlds: An Introduction to Human Geography*. Aldershot: Ashgate, 317-351.
- Quaini, M. (1979), *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra.
- Rodrigues, W. (1992a), "Urbanidade e novos estilos de vida", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12, 91-107.
- Rodrigues, W. (1992b). *Retorno à Cidade e Emergência de Novos Estilos de Vida. O Fenómeno "Gentrification" como Exemplificação*. Lisboa: ISCTE.
- Rodrigues, W. (1993), "Urbanidade e novos estilos de vida. Contributos para um debate". In: *Actas do II Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia.
- Rodrigues, W. (1999), "Globalização e gentrificação: teoria e empiria", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 29, 95-125.
- Rodrigues, W. (2010), *Cidade em Transição. Nobilitação Urbana, Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora.

- Savage, M.; Warde, A. (1993), *Urban Sociology, Capitalism and Modernity*. London: Macmillan.
- Smith, N. (1979), "Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital not people", *Journal of the American Planning Association*, 45, 538-548.
- Smith, N. (1982), "Gentrification and uneven development", *Economic Geography*, 58, 139-155.
- Smith, N. (1984), *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*. Oxford: Blackwell.
- Smith, N. (1986), "Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space", in N. Smith; P. Williams (ed.), *Gentrification of the City*. Londres: Allen & Unwin, 15-34.
- Smith, N. (1987), "Gentrification and the rent gap", *Annals of the Association of American Geographers*, 77(3), 462-465.
- Smith, N. (1992), "Blind man's buff, or Hammett's philosophical individualism in search of gentrification", *Transactions of the Institute of British Geographers*, 17(1), 110-115.
- Soja, E.; Hadjimichalis, C. (1979), "Between geographical materialism and spatial fetishism: some observations on the development of marxist spatial analysis", *Antipode*, 11(3), 3-11.
- Soja, E. (1980), "The socio-spatial dialectic", *Annals of the Association of American Geographers*, 70, 207-225.
- Soja, E. (1989), *Postmodern Geographies. The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. Londres: Verso.
- Soja, E. (1996), *Thirdspace. Journey to Los Angeles and the Other Real and Imagined Places*. Oxford: Blackwell.
- Soja, E. (2000), *Postmetropolis. Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford: Blackwell.
- Soja, E. (1997), "Planning in/for postmodernity", in G. Benko; U. Strohmayer (ed.), *Space & Social Theory. Interpreting Modernity and Postmodernity*. Oxford: Blackwell, 236-249.